

Qualificação Ambiental

A promoção do desenvolvimento de atividades urbanas deve estar acompanhada de uma série de medidas que tragam a melhoria da qualidade ambiental da cidade. Isto significa que por um lado deve-se respeitar as qualidades do entorno construído como também conservar os recursos naturais, garantindo condições que favoreçam a qualidade de vida dos habitantes e reduzindo o impacto ambiental causado pelas atividades humanas.

A inversão de relação de moradores de área rural e urbana nas últimas décadas resultou em um aumento significativo da população residente nos centros urbanos. Em Assaí como em grande número de cidades, este processo não foi acompanhado pelas gestão públicas no sentido de garantir a qualidade de vida da população, não houve consciência de se promover o desenvolvimento econômico e crescimento urbano com equilíbrio ambiental. Como resultado da falta de medidas de controle temos:

- Áreas urbanizadas sem saneamento básico;
- Destinação dos resíduos sólidos sem controle e manutenção;
- Ocupações em áreas de preservação permanente (fundos de vale);
- Ausência de matas ciliares ao longo dos córregos e nas áreas de recarga;

- Redução do potencial hídrico dos córregos e das minas que abastecem a cidade, pela alta taxa de impermeabilização o solo, e desmatamento das áreas de recarga;
- Lançamento de resíduos sólidos urbano e efluentes domésticos nos cursos d'água;
- Doenças de veiculação hídrica;
- Atividades industriais causando impactos antrópicos nas áreas urbanas;
- Atividades industriais que oferecem alto risco de contaminação x falta e estrutura do município para monitoramento destas atividades.

Hoje, diante dos prejuízos desta política aplicada em diversas cidades, discuti-se a busca do desenvolvimento sustentável, que além das questões essencialmente ambientais, inclui o desenvolvimento econômico local, a promoção da equidade e justiça social, a gestão democrática do meio urbano, a moradia adequada para todos, o saneamento e transporte. Estes conceitos estão refletidos no Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10/07/2001), e norteia as propostas do Plano Diretor de Assaí, questões que foram amplamente discutidas em reuniões técnicas, audiências e reuniões com a sociedade organizada e comunidade em geral.

Saneamento Ambiental

O Saneamento Ambiental envolve ações no abastecimento de água, tratamento de esgoto domiciliar, limpeza urbana e drenagem de águas e exerce papel preventivo na saúde pública, pois permite o controle de vetores transmissores de doenças prejudiciais ao homem. As políticas de saneamento ambiental têm como objetivo a melhoria na saúde da população e a sustentabilidade ambiental no município.

Dentro deste contexto, Assaí encontra-se com problemas apontados no diagnóstico, sendo prioritárias as ações relacionadas ao tratamento de esgoto domiciliar.

Por diversos momentos, Assaí passou por administrações públicas que não propuseram ações efetivas de saneamento básico, este fato se deve em parte pela falta de reconhecimento da população na necessidade deste serviço em defesa de questões econômicas. No município, existe uma grande barreira cultural da população que é a falta de consciência ambiental, onde muitos moradores servidos de rede de esgoto executam suas ligações clandestinas na rede de galeria de água pluvial como se pode constatar pelo mau odor proveniente das bocas de lobo na cidade.

A partir de 1.º de outubro de 2004 a SANEPAR, reduz a taxa de ligação de esgoto de R\$ 121,93 para R\$ 14,80 com o intuito de aumentar os pedidos de ligação de esgoto. Porém o maior fator para a não ligação na rede de esgoto levantado nas reuniões com a comunidade de Assaí, seria o aumento de cerca de 80% no valor da tarifa d'água.

A política de Saneamento Ambiental tem como propostas as medidas mitigadoras nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e

limpeza urbana, tendo como definição de prioridades pelos prazos estipulados por curto*, médio** e longo prazo***.

Para aplicação destas políticas definem-se como estratégias:

- Conscientização da população sobre a importância do cuidado com o meio ambiente;
- Promoção de cooperativas populares para execução da rede de esgoto e outras obras necessárias (como forma de diminuição dos custos).

Abastecimento de Água

O abastecimento de água apresenta deficiências na capacidade hídrica das fontes utilizadas devido ao desmatamento nas áreas de recarga. Desta maneira como proposta do Plano Diretor, definiu-se como área de preservação e controle ambiental a microbacia do Ribeirão Jataizinho das nascentes até o ponto de captação, como também as áreas de entorno das minas que abastecem o município conforme MAPA 53.

O município recebe o ICMS ecológico destinado a proteção do manancial de captação, e desta forma faz-se necessária a aplicação deste recurso para viabilizar o adequado reflorestamento das áreas de preservação e áreas de recarga da microbacia como também das minas que abastecem o município. Como algumas nascentes do Ribeirão Jataizinho estão localizadas no município de São Sebastião da Amoreira o poder executivo municipal terá de buscar acordo este para garantir a qualidade da água que abastece a cidade. Já está sendo realizado estudo de viabilidade de infra-estrutura para captação em outro manancial pela concessionária (SANEPAR), no caso a mina situada no sítio



Kamogawa, em caso de viabilidade faz-se necessário aplicação da mesma definição a esta área. As medidas mitigadoras são:

- Estudo de identificação das áreas de recarga dos recursos hídricos utilizados no abastecimento.
- Revegetar as áreas de recarga das minas que abastecem o município e o distrito de Pau D´Alho do Sul;
- Recomposição das matas ciliares e áreas de recarga do Ribeirão Jataizinho

Esgotamento Sanitário

Os serviços de tratamento de água e esgoto são de responsabilidade da SANEPAR, mas a rede de esgoto é executada em consórcio entre a prefeitura e a concessionária. Devido à baixa capacidade de endividamento do município, seria interessante que os investimentos em saneamento básico fossem aplicados primeiramente em áreas onde a população tem condições de pagar pelo serviço para finalmente atingir as áreas onde há concentração de baixa renda, conforme o mapa 51 sugerido pelo Plano Diretor. As medidas mitigadoras são:

- Estudo de captação de recursos para implantação de rede coletora de esgoto (onde houver possibilidade de implantação das redes)
- Promover o monitoramento das galerias em parceria com a SANEPAR;
- Detectar os lançamentos clandestinos de efluentes domésticos nas galerias de águas pluviais.
- Detectar os lançamentos irregulares de efluentes domésticos nas galerias de águas pluviais.
- Redução das fossas negras e incentivo à implantação de fossas sépticas, principalmente no distrito de Pau D´Alho do Sul – deixando à disposição dos munícipes modelo sugestivo para execução das mesmas.

Drenagem Urbana

Dentre as ações necessárias para efetiva drenagem do escoamento superficial das águas, as medidas no sentido de conscientização ambiental da população são prioritárias no sentido de orientar quanto à destinação de área para infiltração das águas pluviais, destinação correta do lixo domiciliar a fim de manter desobstruídas os bueiros.

Estas medidas podem ser trabalhadas agregando ao currículo escolar a educação ambiental como também a reprodução de cartilhas didáticas em parceria com órgãos ambientais envolvendo secretaria da prefeitura responsável pelo meio ambiente, escolas municipais e estaduais e secretaria responsável pela ação social desenvolvendo programas ambientais em conjunto com a população Assaiense.

Dentro das medidas a serem tomadas pela prefeitura com relação à execução de obras civis e promoção de infra-estrutura para o bom funcionamento da drenagem estão:

- Limpeza sistemática dos bueiros estabelecendo um cronograma municipal de limpeza e desentupimento dos mesmos;
- Obras de engenharia para otimizar a captação de águas pluviais de modo a minimizar o escoamento superficial e diminuir energia do deflúvio nos fundos de vale;
- Implantação de áreas de infiltração lenta como canchas de areia ao longo dos fundos de vales – que podem fazer parte como equipamentos de prática de esporte (futebol e vôlei de areia)
- Exigência de destinação de áreas permeáveis para infiltração ou em caso de impermeabilização do solo, implantação de sistema de infiltração de águas em residências, comércio e indústria.



Gestão dos Resíduos Sólidos

Como foi apontada no diagnóstico, a gestão de resíduos sólidos tem sido deficiente tanto na questão de coleta como de controle ambiental e locação do aterro sanitário. A falta de funcionários e de condições financeiras da prefeitura são alguns dos fatores que limitam a melhora deste serviço. Desta maneira faz-se necessária a organização estratégica do poder público para melhor aproveitamento dos equipamentos e funcionários disponíveis ou mesmo a terceirização de alguns serviços.

MEDIDAS MITIGADORAS:

- Implantação de aterro sanitário em área pré-selecionada através de critérios técnicos e socioeconômicos, com infra-estrutura básica e dispositivos de segurança segundo Normas da ABNT;
- Estudo e implantação de usina de compostagem aproveitando a matéria orgânica e reciclagem dos inertes;
- Contratação de novos funcionários públicos para área de varrição e operação do aterro;
- Definir um plano de operação e gerenciamento do lixão;
- Estudo para o encerramento da área atual de deposição de resíduos de construção civil com a finalidade de redução do passivo ambiental;
- Elaboração de Plano de Monitoramento das águas subterrâneas e superficiais a jusante e no entorno do aterro;
- a questão da coleta de resíduos de construção e demolição como também os galhos provenientes das podas de árvores deveria ter dia marcado com proibição aos moradores de disponibilizar seus resíduos fora do prazo estipulado para a coleta afim de que evitasse a obstrução de calçadas, ruas, bueiros, galerias pluviais e por fim a poluição dos córregos. Como também, a adoção de caçambas para armazenamento

dos entulhos de construção civil, através de terceirização do serviço ou mesmo

- Planejamento estratégico e articulação do município para destinação dos resíduos de construção e demolição (utilização do material em vias de acesso rural, construção de calçadas..)
- Implantação e divulgação de coleta seletiva no município
- Projeto e logística da varrição urbana, pois os materiais orgânicos e inorgânicos que se acumulam nas ruas (folhas, plásticos, papéis) acabam por entupir os bueiros;
- No distrito de Pau D´Alho faz-se necessário o aumento da frequência de coleta de 1 vez para 2 vezes por semana, segundo pesquisadores a coleta abaixo de 2 vezes por semana não é aconselhável para países de clima tropical.



Meio Ambiente

Durante o ciclo da cultura de café, boa parte da cobertura vegetal nativa foi retirada para a lavoura. Hoje o município encontra sérios problemas causados pela falta de matas sendo apontados no diagnóstico do Plano Diretor e as áreas preservadas estão isoladas evitando a troca genética entre espécies como também não oferecem alimento a outros seres vivos provocando desequilíbrio ambiental e prejuízo às lavouras. O Governo Estadual através do IAP implantou o SISLEG – Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente, que pretende monitorar e identificar áreas prioritárias para preservação definindo o rio Tibagi como Corredor de Biodiversidade. Este sistema pretende garantir a recuperação da cobertura florestal com planejamento ambiental em acordo com produtores rurais em um prazo de 20 anos , sendo o ano de 2015 o vencimento deste prazo.

A Legislação Ambiental obriga o produtor a recompor e/ou preservar 20% de suas propriedades para a Reserva Florestal Legal, além das áreas chamadas de Preservação Permanente. Tal obrigação legal, não é bem vista pelos proprietários pelo fato de que, aparentemente, torna improdutiva uma parcela significativa de suas propriedades, principalmente levando em consideração que grande parte das propriedades rurais foram divididas em minifúndios no quais cada lote de terra faz fundo com algum manancial hídrico (rio, córrego) bem como apresenta algum percentual de terra colocada em espigão. Outro fator que dificulta a recuperação destas áreas é o custo requerido para tal.

Desta forma, é importante que o poder executivo busque auxílio junto a órgãos ambientais, de extensão rural e ongs para orientar os produtores na valorização das reservas florestais e na maneira de como tirar proveito com o manejo sustentável de espécies da flora silvestre com o intuito de reduzir os custos econômicos demandados na consolidação destes remanescentes florestais. O poder executivo pode contribuir muito com a implantação do viveiro municipal e ter os municípios vizinhos como compradores potenciais de mudas.

A região de Assaí era ocupada pela Floresta Estacional Semidural que enfrenta hoje os maiores níveis de devastação do Estado e está praticamente inexistente não apresentando desta forma potencial turístico rural de visitação.

Na recuperação e implantação florestal, o produtor pode buscar o consórcio com o palmito para exploração tendo em vista a facilidade de seu manejo e a grande aceitação no mercado. Esta região é muito adequada para a apicultura, devido ao clima ameno favorável e à diversidade de espécies apícolas. Os apiários podem ser consolidados com remanescentes em estágios médio e inicial de sucessão. ¹ A apicultura disponibiliza ao produtor rural produtos saudáveis como o mel, a geléia-real e o própolis, entre outros, complementando sua alimentação e possibilitando aumento de renda.

¹ Alternativas Sustentáveis para Favorecer a Produtividade da Reserva Florestal Legal do Estado do Paraná – Christopher Tomas Blum e Rosimary Fátima de Oliveira – Boletim do Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Paraná – v3 -2003



Um exemplo teórico de um sistema de recuperação florestal seria a combinação, no 1º ano de plantio, de espécies florestais pioneiras madeireiras, forrageiras, produtoras de lenha ou medicinais como grandióva, pau-jacaré, timbaúva, guarucaia, louro-pardo, mojoleiro, sobrasil, pata-de-vaca, sangra-d'água e embaúba com culturas temporárias com feijão, feijão-de-corda, abóbora, milho, cana-de-açúcar, banana, urucum e mamão entre outras. A partir do 2º ano, à medida que as condições ambientais melhoram, são adicionadas ao sistema espécies arbóreas frutíferas, madeireiras e medicinais umbrófitas ou esciófilas como palmito, jabuticaba, guabiroba, sete-capotes, jaracatiá, mamãozinho, tajuba, ariticum, copaíba, cafezeiro-bravo, quina-brava, cabreúva-vermelha e café-de-bugre, entre outras. Entre o 5º e o 7º ano pode-se retirar indivíduos das espécies pioneiras produtoras de lenha proporcionando espaço para as demais. As forrageiras são manejadas por meio de podas, garantindo a alimentação das criações em época de escassez.²

MEDIDAS MITIGADORAS

- Reflorestamento das áreas de nascente e encostas
- Para o reflorestamento das áreas de encostas, fundos de vales e nascentes, deve ser feito um plano de manejo e reflorestamento a nível das microbacias hidrográficas, levando-se em conta fatores como:
- Uso e ocupação do solo e manejo a nível rural ;

- Nascentes : os reflorestamentos devem começar pelas cabeceiras dos cursos d' água, protegendo as áreas de nascentes;
- Mapeamento das matas ciliares no Município e Áreas Legais com o intuito de facilitar o Plano de recomposição de matas ciliares e de diagnosticar as propriedades rurais que estão respeitando a legislação vigente.
- Matas ciliares: reflorestamento das áreas de preservação permanente sendo que nos rios até 10 metros devem ter uma faixa de 30 metros de preservação, que seria onde se enquadra a maioria dos córregos do Município, porem poucos são os que possuem a área de preservação permanente dentro do que a legislação ambiental exige.

❖ Reflorestamento das áreas de recarga do município

- Mapeamento das áreas de recarga;
- Projeto de plantio de mudas;
- Reflorestamento;

² Alternativas Sustentáveis para Favorecer a Produtividade da Reserva Florestal Legal do Estado do Paraná – Christopher Tomas Blum e Rosimary Fátima de Oliveira – Boletim do Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Paraná – v3 -2003

